

Suspensos 'relending' e conversão

BRASÍLIA — O Plano Verão incluiu um forte choque na área externa, através da centralização das operações de câmbio no Banco Central, suspensão por um ano das operações de reemprestimo dos depósitos dos bancos credores junto ao Banco Central e suspensão por tempo indeterminado das operações de conversão da dívida externa em investimentos. Isso significa que, diferentemente dos Planos Cruzado e Bresser, o Plano Verão do ministro Mailson da Nóbrega repartiu com os bancos credores os sacrifícios que serão exigidos internamente.

A suspensão das operações de *relending* foi acertada nas negociações do embaixador Marcílio Moreira com o Comitê Assessor dos Bancos Credores. O acordo da dívida assinado em setembro passado previa a realização de US\$ 1,4 bilhão em operações de reemprestimo interno dos créditos dos bancos nesse ano. A suspensão por tempo indeterminado das operações de conversão, que no ano passado somaram US\$ 6,2 bilhões, foi adotada por conta própria pelo

governo pois não constam do acordo firmado com os bancos. O leilão de conversão previsto para janeiro foi cancelado.

"O próximo leilão de conversão será feito quando houver margem na execução da política monetária e fiscal", disse ontem o ministro Mailson da Nóbrega, sem se arriscar a fazer qualquer previsão sobre quando os leilões poderão ser retomados.

O motivo da suspensão do *relending* e da conversão da dívida foi evitar as emissões maciças de cruzados que seriam necessário para fazer frente a essas operações. Tais emissões adicionais de cruzados, alertaram vários economistas, poderiam desarticular por completo a política monetária em 1989, fazendo detonar a hiperinflação. Com a suspensão das operações de *relending* os bancos perderam a oportunidade de realizar significativos lucros com os reemprestimos de seus créditos em cruzados junto ao Banco Central, que se referem a pagamentos feitos pelos devedores internos para saldar suas

dívidas externas. A permissão do reinício das operações de *relending*, que foram proibidas na gestão de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda, havia sido a principal concessão obtida pelos bancos credores nas negociações do acordo da dívida externa firmado em setembro passado.

Segundo o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, a centralização do câmbio não afetará as remessas para pagamentos de compromissos no exterior. A centralização foi adotada, explicou o ministro, como "medida cautelar" para permitir eventual ação do governo em proteção às reservas internacionais do país, no contexto da nova renegociação da dívida externa pleiteada pelo Brasil.

A centralização do câmbio, por si só, não significa qualquer suspensão nos pagamentos externos, explicou Mailson, garantindo que, pelo menos por enquanto, as remessas ao exterior serão feitas "automaticamente".